

FAVELA, QUE HISTÓRIA É ESSA? UM OLHAR SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA LIGUAGEM, A APARTIR DA MEMÓRIA HISTÓRICA DAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO.

Daniel Cardoso de Moraes¹

José Maria Terra²

Resumo: O presente trabalho de pesquisa tem como foco principal uma análise teórica e crítica a respeito do processo historiográfico das Favelas de origem africana da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, realiza-se uma abordagem a respeito do papel científico e político dos historiadores que escreveram e escrevem a história das Favelas. Neste sentido, encontra-se no pensamento do Filósofo francês Paul Ricoeur os questionamentos a respeito do diapasão ético da elaboração da história, sobre tudo nas questões referentes à filosofia da linguagem. Num segundo momento, será discutido como as memórias e traumas das Favelas são abordadas, de como esta é registrada e trabalhada pela historiografia, na medida em que serve de elemento de ligação e justiça entre os vivos e os mortos. Ainda no que tange ao debate a respeito da construção da memória das Favelas, seja como elemento de dominação hegemônica ou elemento de emancipação, busca-se promover o debate entre os conceitos de hábitos elaborados por Jesse de Sousa, e o conceito de registro histórico conforme a teoria desenvolvida pela antropóloga da Universidade Havard, Kinberley Theidon. Assim, todo esforço deste texto se situa no sentido buscar contribuir para elaboração de uma memória que proporcione reconhecimento a uma historiografia contra-hegemônica.

Palavras chave: Favela; Memória Histórica; Reconhecimento.

Abstract: This research work focuses mainly on theoretical and critical analysis about the process of historiographical Slums of African origin in the city of Rio de Janeiro. The study presents an approach to the role of scientific and political historians who have written and write the story of Slums. In this direction lies in the thought of the French philosopher Paul Ricoeur questions about ethical pitch drafting history, especially on issues

¹ Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense - UFF, especialista em Direito Público Municipal e em Direito Civil, graduado em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Procurador do Município de Teixeira de Freitas-Ba, e Professor Assistente da Faculdade do Sul da Bahia - FASB e da Faculdade Pitágoras.

² Mestre e Doutorando em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória - FDV, Advogado e Professor Assistente da Faculdade do Sul da Bahia - FASB.

related to the philosophy of language. Secondly, we will discuss how memories and traumas of Slums are addressed, how it is recorded and crafted by historiography, which serves as a liaison and justice between the living and the dead. Yet when it comes to the debate about the construction of the memory of Slums, either as an element of hegemonic domination or element of emancipation, seeks to promote discussion between the concepts of habits developed by Jesse de Sousa, and the concept of historical record beyond the traditional language, going to something perpassé himself, among other subjectivities, as the theory developed by Harvard University anthropologist Kinberley Theidon. Thus, every effort of this text lies in order to seek help for development of a memory that gives recognition to a counter-hegemonic historiography.

Keywords: “Favela”; Historical Memory; Recognition.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este estudo cumpre algumas finalidades que podem ser sintetizadas na colaboração ao esforço prático teórico de “justiçamento” histórico das Favelas de matriz africana da cidade do Rio de Janeiro. A pertinência desta discussão reside no fato de que, não apenas a academia, mas, o Estado e sociedade vêm buscando por meio da história promover justiça através das comissões da verdade instaladas para investigar os crimes cometidos durante o regime militar iniciado em 1964. Seguindo este caminho, este texto propõe ampliar os horizontes desta justiça, para alcançar também populações historicamente reprimidas e alijadas da escrita histórica oficial. Não se pretende esgotar a discussão neste texto, ao contrário, espera-se que ela apenas seja ampliada.

Para tanto, no primeiro momento serão apresentados alguns questionamentos teóricos a respeito da escrita da história, da formação da memória e do esquecimento. Neste sentido, é feita uma revisão teórica dos postulados da escrita histórica, das suas consequências e das suas intencionalidades. Seguindo neste tópico, ainda se discute a ética como elemento integrador do ofício do historiador, lançando-se mão dos ensinamentos de Paul Ricouer.

No segundo tópico, segue-se o trabalho de coadunar a teoria apresentada no primeiro tópico às problemáticas fáticas da Favela. A primeira é reconhecer a impossibilidade de a escrita histórica tradicional cumprir, de forma ética e adequada, o papel de reconhecer e registrar a história das Favelas. Reconhecida esta impossibilidade, o texto percorre os

caminhos da nova história. O trabalho consiste em reconhecer as intencionalidades da narrativa histórica. Assim, reconhece-se que muitas vezes a memória registrada, sem comprometimento ético, cria ressentimentos e sentimentos de vingança.

Por fim, no último tópico do trabalho busca apontar alguns caminhos para o desenvolvimento da narrativa histórica das Favelas. Como todo caminho a ser percorrido, o primeiro passo é reconhecer as dificuldades que lhes são inerentes. Desse modo, reconhece o texto que os meios tradicionais de informação da história não são suficientes e pertinentes no que toca a memória das Favelas.

Na busca de meios mais eficazes para o reconhecimento e escrita, o texto apresenta a necessidade de se ir além dos arquivos e testemunhos como meio de registro histórico. Apresenta-se, então, a necessidade de encontrar no corpo dos moradores da Favela a "memória subterrânea" de seu passado. E como teoria que permita a leitura destes corpos o texto, apresenta-se Jessé de Souza e seu trabalho que trata dos denominados "habitus", pois, este conceito e seu desenvolvimento permite uma das possibilidades de leitura corporal do verdadeiro sentido da linguagem.

2. UMA HISTÓRIA ÉTICA E UMA ÉTICA HISTÓRICA: DIGRESSÕES TEÓRICAS

Paul Ricouer, ao tratar da ética na elaboração de trabalhos historiográficos, aponta que durante o século XX o trabalho dos historiadores se deu de forma retórica, pautando-se na tradição sofista da Grécia antiga, baseada em procedimentos qualitativos e quantitativos (RICOEUR: 2007). Reforça esta tese os escritos de Luiz Costa Lima, quando diz que havia na época de Heródoto uma diferença estabelecida entre o poeta épico e o que escreve a história. Aquele elabora sua narrativa inspirado por musas, ao passo que este "surge com a premissa de registro de verdade" (LIMA, 2006: 88).

Na atualidade, aponta-se a necessidade ultrapassar os ditames postos a história no século XIX. Silenciou-se o debate entre a filosofia e a história, com intuito de que esta alcançasse o status de um conhecimento positivista, no sentido ter linearidade, ordem e progresso. Ou seja, de um conhecimento autônomo e científico. Além destas características, aponta José Carlos Reis, que na França caberiam aos historiadores manter a historiografia neutra e imparcial, onde o método marcaria a diferença entre a história e a literatura. Além do

comprimento positivista científico, seriam os historiadores também imbuídos da missão de educadores, a fim de disseminar e afirmar o patriotismo, entre outras formas de atendimento a interesses estatais de homogeneidade (REIS, 1996:17). Indaga-se então, a que tipo de neutralidade e imparcialidade serviria a história, uma vez toda esta pretensa positividade mal camuflara interesses estatais hegemônicos?

Com esta indagação, e tendo por base a filosofia da linguagem, os debatedores da virada linguística passaram a contrapor os posicionamentos éticos da historiografia “tradicional”. Paul Ricoeur foi um dos pensadores que teceu contribuições teóricas a este tema. Embora não seja pretensão do texto esmiuçar toda a contribuição de Ricoeur para o debate, apresenta-se uma breve revisão da contribuição de algumas de suas obras.

A primeira obra a ser referenciada é “Tempo e narrativa”. Neste trabalho, Ricoeur apresenta em seus três volumes os chamados: Tempo da natureza, como aquele que engloba o não vivenciado pelo ser humano, como o movimento cosmológico e os demais acontecimentos naturais. O tempo humano se refere àquele vivenciado pelo homem, portanto, finito, limitado. E de certa forma para ótica humana, caótico, considerado o da incerteza, quando da certeza da morte. Buscando alguma certeza diante dos tempos da natureza, o homem procura organizar e medir o tempo em calendários, a fim de construir algum controle dos tempos, sequenciando fatos e acontecimentos, organizando o passado e, de alguma forma, “prevendo” o futuro.

Por fim, o trabalho que importa ao historiador é servir de conexão entre os vivos e os mortos. E o faz mapeando o homem no tempo. Observando o ontem, o historiador pretende que suas ideias possam nortear a caminhada do presente, sendo este mapa temporal do homem, justamente, o tempo da escrita histórica.

Este tempo mapeado e construído pela escrita do historiador deve, para Ricoeur, utilizar três momentos diferentes: (1) o tempo da prefiguração, que é aquele onde se faz coletas de dados e documentos, a fim de verificar as hipóteses levantadas; (2) o tempo da configuração, trata de interligar por meio da narrativa o passado histórico e o presente vivenciado, a fim de suprir as lacunas históricas; e (3) o tempo da reconfiguração. Este último já não está mais aos auspícios do historiador, por já estar na seara do leitor, que dada sua experiência, ressignifica o passado as suas vivências.

Para além da descrição temporal e histórica acima, Paul Ricoeur na obra “A memória, a história, o esquecimento” trata do elemento da ética na escrita do tempo histórico. Considera o trabalho do historiador um trabalho não apenas de luto, na medida em que no passado residem ressentimentos, traumas, e todas as mazelas que a humanidade experimentou ao longo de sua existência. O historiador é o responsável pela herança de toda humanidade, de todo seu legado e também de sua continuidade.

A operação histórica por inteiro pode não ser considerada um ato de sepultamento. Não um lugar, um cemitério, um simples depósito de ossadas, mas um ato renovado de sepultamento. Essa sepultura escriturária prolonga no plano da história o trabalho de memória e o trabalho de luto. O trabalho de luto separa definitivamente o passado do presente e abre espaço para o futuro (RICOEUR, 2007:506).

Assim, a forma como seleciona e se relaciona com os fatos que escreve, coloca nas mãos do historiador um poder político, pois, influencia diretamente em o que e como devem ser lembrados e, portanto, vivenciados (herdado) pelo homem os fatos pretéritos. Portanto, ao estabelecer a hegemonia da memória, a escrita histórica é uma arma política. E por isso mesmo recurso último de justiça. Quando uma injustiça é cometida sua reparação não serve apenas as vítimas. Serve para além delas, serve para evitar futuras vítimas.

Considerado o processo seletivo do historiador e seu caráter político, resta questionar qual o processo seletivo, ou quais os processos seletivos devem ser considerados pelo historiador ao elaborar o trabalho de escrita histórica.

A primeira observação que merece e necessita ser feita diz respeito a pretensa racionalidade positivista depositada sobre o trabalho do historiador. Por este viés à própria identidade a memória não obedece ao controle absoluto, na medida em que não se pode controlar de forma absoluta a identidade. Não se pode controlar também a memória. A razão do descontrole da memória, ainda que esta seja por si mesma uma tentativa de controle, é que para além da datação racional dos fatos, ainda que pretéritos, e provoca na atualidade, como no passado, sentimentos diversos.

Maurice Halbwachs³ apresenta a ideia de memória como algo construído socialmente, inaugurando a ideia de memória coletiva, rompendo, desta forma, no início do século XX, com a premissa vigente de que as impressões da lembrança seriam marcas

³ As obras trabalhadas pelo autor são *Os quadros sociais da memória* (1925) e *A memória coletiva* (1950).

peçoais mentais de cada indivíduo. Neste sentido, explica Maria Paula Nascimento de Araujo e Myriam Sepúlveda dos Santos que:

Ainda que o indivíduo pense que sua memória é estritamente pessoal, uma vez que ela pode resgatar acontecimentos nos quais só ele esteve envolvido ou fatos e objetos que só ele presenciou e viu, ela é coletiva, pois o indivíduo ainda que esteja só é o resultado das interações sociais. Ele vê o mundo através das construções coletivas como a linguagem (ARAUJO E SANTOS, 2007: 97).

Concluem as autoras que não há verdade histórica e tampouco memória espontânea (ARAUJO E SANTOS, 2007: 97). Paralela à ideia de uma memória coletiva, tem-se a perspectiva de construção de uma história também constituída de lugares da memória (NORA: 1984). A coletânea capitaneada por Nora contribui para este trabalho, ao mostrar que a memória pode ser constituída por lugares simbólicos. O que nos caso de sua pesquisa, trata dos lugares constituídos e constituintes da nação francesa (ARAUJO e SANTOS, 2007). Portanto, seria possível inferir que a Favela por si só é um lugar da memória, na media em que é constituída e constitui a memória, e ao mesmo tempo, por conseguinte, a identidade de seus moradores.

Tendo a memória como uma construção coletiva, esta se realiza através da transferência de gerações. Deste modo, pode a memória coletiva ser manipulada, uma vez que é possível determinar que tipos de experiências e tradições serão passadas de uma geração para outra. No sentido oposto da tese acima apresentada, de que a memória coletiva acontece para além da autonomia de vontade dos indivíduos, envolvidos em coletividades nem sempre voluntárias, defende Giddens que na atualidade os indivíduos seriam dotados de tal autonomia. Que, por meio de desencaixes, poderiam escolher a quais experiências coletivas anteriores estariam ou não vinculados, podendo assim romper de alguma forma a relação comunicativa entre passado e presente (GUIDDENS, 1991).

Como exemplos da relação de política, de poder e de ética estabelecida entre memória, autonomia e liberdade, em face de esquecimento e autoritarismo, Araujo e Santos apresenta como exemplo a memória criada pelos Estados Unidos a respeito da Guerra do Vietnam.

Segundo as autoras, permanece ainda nos dias de hoje uma cegueira moral a respeito deste momento histórico, na medida que não teriam sido julgadas nem debatidas as ações de uso massivo e destrutivo de gases tóxicos sobre a população civil do Vietnam. E apontam a

necessidade de uma escrita histórica que leve em conta um “justiçamento” histórico do passado.

Contudo, advertem as autoras que:

As tentativas de recuperar situações traumáticas como as que ocorreram no Holocausto, no bombardeio de Hiroshima, na guerra do Vietnam ou nos massacres fratricidas da Iugoslávia, têm criado o efeito perturbador de esvaziar o sentido de tragédia que estes eventos catastróficos implicaram no passado (ARAUJO E SANTOS, 2007:101).

A advertência acima deve servir a escrita da história das Favelas cariocas de matriz africana, para que as tentativas de recuperação das situações traumáticas vividas por estes locais de memória, não resultem em esvaziamento de sentido real de seus traumas. Pois, "a história que foi contada, ao trazer à tona uma explicação do que acontecera, cumpriu o papel de justificar e banir do imaginário coletivo a violência injustificada" (ARAUJO E SANTOS, 2007:101).

As abordagens teóricas até agora apresentadas dão fundamento às questões dorsais deste trabalho: quais os processos seletivos de escrita histórica foram e são utilizados para a elaboração escrita histórica das Favelas de matriz africana na cidade do Rio de Janeiro? Qual o comprometimento ético e político destes processos de narrativa histórica? Quais as possíveis consequências desta ação histórico política? Quais caminhos podem apontar a nova historiografia?

3. A HISTORIOGRAFIA DAS FAVELAS: ALGUMAS POSSÍVEIS RESPOSTAS

Este segundo tópico do texto pretende adequar as teorias acima descritas ao evento histórico fático das Favelas cariocas. A primeira advertência que merece e dever ser feita, diz respeito ao comprometimento ético da escrita histórica das Favelas. Considerando a ideia que o historiador faz papel de mediador entre os vivos e os mortos. Recai sobre a historiografia responsabilidade e conseqüentemente necessidade de padrões éticos de seu realizar. E por que não dizer de sua reflexão teórica?

O historiador é alguém, um ser no mundo. Um ser que observa o mundo, mas, o faz de dentro dele, inserido no mundo e em todas as suas dimensões. Estar no mundo é se envolver, não é apenas observar a história, mas ser história.

A consciência por parte do historiador, de que se está no mundo e de que é por ele influenciado, de forma a interferir na sua relação com o objeto histórico observado, para Ricoeur, não interfere no trabalho do historiador. Antes, coloca-o a par da construção de um conhecimento que não pretere a sensibilidade e o senso de humanidade do ofício historiográfico (RICOEUR: 2007).

Esta ponderação a respeito das intencionalidades do historiador, em muito pesa no que foi e vem sendo escrito a respeito da história das Favelas de matriz africana. Este trabalho não pretende adentrar a discussão a respeito dos fatos e momentos históricos que dizem respeito às Favelas, nem tão pouco elaborar uma revisão histórica sobre este tema⁴.

Entretanto, se faz necessário pontuar que o historiador, ao observar e escrever sobre as Favelas de matriz africana inseridas na cidade do Rio de Janeiro, muitas vezes não está à parte desta história. A uma, pelo fato de que a própria história da cidade está em volta na sua relação com a Favela. Em uma relação por vezes idílica, as Favelas são descritas de maneira idealizada, como um lugar de harmonia, de onde emanam manifestações culturais, como o samba no passado, o funk e outros ritmos contemporâneos. Ou são descritas ainda como local de vida simples e feliz no que tange ao aspecto comportamental de seus habitantes. Já em outro diapasão, as Favelas são vistas e tidas como lugares obscuros e marginais. Nesta perspectiva, as Favelas são lugares perigosos, ambiente de vícios e crimes. Posta distante do que se considera como lugar civilizado.

Estas duas formas distintas de se perceber as Favelas de matriz africana na cidade do Rio de Janeiro, deve-se ao fato de que há uma histórica distância entre aqueles a quem cumpre o dever de observar e registrar a história das Favelas e esta mesma. Tal distância acontece por quase sempre ao se falar "da" Favela e quase nunca se falar "na" Favela. Portanto, ela é vista distante, e assim opaca.

⁴ Para um maior aprofundamento do tema recomenda-se a leitura dos seguintes textos: (NEDER, Gizlene. Cidade, Identidade e Exclusão Social. Revista Tempo, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997, p. 106 – 134.) CHALHOUB, Sidney. Medo Branco de Alma Negra: Escravos, Libertos e Republicanos na Cidade do Rio de Janeiro. In Revista Brasileira de História, ANPUH, São Paulo, v. 8 nº 16, março-agosto de 1988, p. 83-107.

Além do aspecto referente à distância, outro fator prepondera como obstáculo para uma historiografia eticamente comprometida no que tange as Favelas. O historiador ao se debruçar sobre a favela como objeto de estudo, fá-lo carregado de uma memória que vai muito além de sua construção individual. O historiador escreve contrastando ou interagindo suas memórias com as da Favela, portanto, contrastando e interagindo suas identidades. Estas identidades, como já dito no tópico anterior são constituídas e constituintes de memórias coletivas. De modo que a coletividade do historiador, não sendo a mesma daquela pertencente aos moradores da favela, provoca em sua escrita, para além dos contrastes e interações tidas como "normais", um verdadeiro "choque" de identidades, onde uma se coloca em oposição à outra. O que compromete o trabalho de escrita histórica.

Observado este aspecto a respeito da distância quase abissal, existem entre a memória vivida pelas Favelas e aquelas descritas pelo historiador. Compre agora então abordar as algumas das consequências e desdobramentos da memória, ou melhor, das memórias existentes entre os historiadores e as Favelas.

Tomando por parâmetro o que diz Ricoeur, ao abordar a memória dos vitimados no holocausto da segunda grande guerra, leciona o autor que esta memória é permeada de ressentimentos históricos, donde se emana por parte das vítimas um sentimento de dívidas não justicadas. Neste turno, assevera que seria direito das vítimas o esquecimento (RICOEUR: 2007).

No que tange a memória e ao esquecimento, tal qual as vítimas do Holocausto, há entre os menos desfavorecidos da sociedade brasileira, um sentimento, ou melhor um ressentimento em relação a parcela da sociedade favorecida da sociedade. Este sentimento explica-se pelo acumulado histórico de humilhação e privação que vivenciam cotidianamente.

A fim de contribuir para uma reconstrução ética da escrita da história das Favelas, é que se adentra ao debate de como se construiu a memória de local e de seu povo. Importa, dessa maneira, perceber que não é a história apenas uma construção linear de fatos, tampouco a memória um exercício de reconstrução seletiva do passado. Historiadores comprometidos historicamente devem ultrapassar a pura e simples linearidade dos fatos da Favela, como sua origem, suas remoções, seus conflitos com o poder estatal, como também sua resistência, muitas vezes confundidas com movimentos criminosos. Cumpre estabelecer quais os

processos estruturais que permeiam historicamente seus movimentos factuais, sociais e políticos relacionados à Favela.

Ao analisar de maneira estrutural a relação motivacional o historiador estará trabalhando no sentido de que os processos estruturais são preestabelecidos como sendo naturais e imutáveis. Muitas vezes a seletividade com que são posto os fatos a serem lembrados pela história das Favelas operam intencionalidades políticas. Tais intencionalidades estão expostas no tópico anterior quando se fala da pretensa neutralidade da escola histórica francesa do século XIX, e de como esta pretendia contribuir para construção de um conceito único de nacionalidade.

Para superar os ditames da escola histórica do século XIX, a história das Favelas da cidade do Rio de Janeiro necessita ser revista do ponto de vista ético. Aponta-se com ponto vital desse comprometimento, o rompimento com a ideia de que a cidade do Rio de Janeiro pode ser contada de forma homogênea e por meio de uma única memória. Não há memória única, como não há uma identidade única oriunda desta memória.

A ação política contida em uma narrativa histórica de homogeneidade resulta do interesse em que sejam esquecidas as ações de violência e de humilhação às quais as Favelas foram e vem sendo submetidas ao longo do tempo. Este esquecimento proposital se deve ao fato de que a memória de luta e conflitos das Favelas revela relações de estruturas de poder e exploração que se repetem e que pretendem sua continuidade.

Conduto, não se pretende defender aqui a ideia de um revanchismo histórico, que coloque em oposição a Favela e a Cidade. Pelo contrário, busca-se defender que a escrita histórica da Favela feita desprovida de ética - intencionalmente homogeneizante - em vez de por fim ao conflito de uma cidade partida e ressentida historicamente, vem contribuindo para a perpetuação deste conflito. Isto porque, na medida em que não há uma narrativa que enfrente a realidade dos traumas, estes não podem morrer, pois, não cumprem seu luto. Como mortos que clamam por justiça entre os vivos caminham, assim é a memória que não é justificada. Assim é a Favela que se afirma em meio à Cidade como monumento de memória e injustiça.

4. POSSIBILIDADES DE MEMÓRIA DA FAVELA: REGISTROS MARGINAIS

Neste último tópico são apresentados possíveis caminhos ao historiador, para que este, de forma ética, possa escrever, e se for o caso reescrever, a história das Favelas. Aqui não se defende um revisionismo, que ao explicar os dramas passados da vivenciados pelas Favelas ocasione uma pseudo justificativa dos acontecimentos e com isso venha banir da memória e do imaginário coletivo as injustas violências (ARAUJO E SANTOS: 2007).

Por tudo o que já resta apresentado anteriormente, não caberia apresentar os recursos disponíveis ao historiador para cumprir a missão de ligar o passado ao presente tendo por base os ditames da escola histórica do século XIX. Assim, é na chamada nova historiografia que se pode encontrar os caminhos apropriados a serem seguidos pelos historiadores. Importa superar então os ditames de uma história feita apenas pelas objetividades dos arquivos e testemunhos oficiais. Isto porque, por obvio, as populações das Favelas não foram registradas por si mesmo nestes arquivos e testemunhos. Pelo contrário, foram sempre alijadas, tal qual acontece com aqueles que são "perdedores", e que por isso não puderam "contar" sua história oficialmente.

Neste sentido, lecionam Maria Paula Nascimento Araujo e Myriam Sepúlveda dos Santos:

Historiadores ligados ao campo da história do tempo presente e sobre tudo da história oral tem se preocupado em construir um espaço, no interior da narrativa histórica, de valorização da subjetividade, dos sentimentos e da experiência humana. Esta preocupação tem se traduzido, por um lado, esforço constante de desvendar as mais sutis e camufladas relações de dominação entre os homens - estabelecida, muitas vezes, a partir do próprio processo social de construção de memória(s), e por outro, intenção de resgatar memórias, experiências e vivências ocultas e silenciadas. A nova historiografia dá voz àqueles que não aparecem no registro documental, propiciando a recuperação dos grupos em pequena escala. Ela procura pelos relatos construídos ao longo do trajeto pessoal de cada indivíduo, os quais, embora parciais, têm profundidade e contornos morais ligados a subjetividade, elementos que escapam às demais análises (ARAUJO E SANTOS, 2007: 104).

As palavras acima estão perfeitamente adequadas à proposta deste texto, na medida em que lastreia o viés necessário da pesquisa a respeito das memórias da Favela. Estas, por não constarem dos registros oficiais, foram historicamente silenciadas, devendo ser investigadas no terreno das subjetividades, nos sentimentos e nas vivências dos moradores das Favelas. A questão que se apresenta é onde, e de que maneira buscar estes caminhos postos pela nova historiografia, no que tange as Favelas.

A memória da Favela pode ser considerada como uma "memória subterrânea" e, sendo assim, a separação entre esta e memória oficial tem como característica o ressentimento pelo não dito. Para além da ruptura entre a memória oficial e a subterrânea, constata-se outra clivagem, aquela existente entre a sociedade hegemônica e grupos minoritários. Entenda-se minoritário como uma referência não necessariamente numérica, mas, como uma referência de poder. As lembranças destes se tornam, então, proibidas e marginais por serem muitas vezes opostas ao poder da memória nacional ou hegemônica (ARAUJO E SANTOS: 2007).

Considerar os rancores, as invejas e os desejos de vingança por parte dos moradores das Favelas pode ajudar a revelar a "memória subterrânea" das Favelas. Esta descoberta deve ser feita tendo como base a sensibilidade de se perceber que os motivos destes sentimentos, ou ressentimentos, como ação humana, advém do medo e das humilhações vivenciadas.

A questão que se apresenta é, então, onde estão os registros destes sentimentos? Para contribuir com as possíveis respostas, há que se observar os estudos de Kimberley Theidon, no que diz respeito aos estudos sobre Peru, mais especificamente aos conflitos envolvendo o grupo armado Sendero Luminoso. Após realizar sua pesquisa de campo, a professora de Harvard, percebeu que o conflito envolvendo pessoas e sentimentos fez sua história ser, sobre diversos aspectos, clandestina, o que obriga o investigador histórico buscar outros arquivos e linguagens.

Dentre as linguagens que podem ser utilizadas, a autora apresenta a corporal. A utilização do corpo como linguagem histórica é válida, segundo a autora, em virtude de que os camponeses e índios envolvidos no conflito pesquisado carregavam no corpo as marcas de todas as agruras físicas de dor fome e torturas. Assim, o corpo seria para Kimberley "um 'lugar de memória', um lócus onde se inscrevem experiências históricas importantes" (ARAUJO E SANTOS: 2007).

A pesquisa e as conclusões apresentadas acima, em muito se relacionam com a realidade das Favelas de matriz africana da cidade do Rio de Janeiro. Tanto lá quanto aqui as populações são aquelas historicamente vitimadas pelos processos de dominação econômica e cultural. Lá índios e camponeses, aqui pobres em sua maioria afrodescendentes. Tanto lá quanto aqui, sujeitos inseridos em ambiente de conflitos sociais e por muitas vezes bélicos entre as forças oficiais do Estado e aquelas marginalizadas, ou marginais.

Estas semelhanças são o que permitem que aqui, tanto como lá, sejam válidas as premissas traçadas pela professora de Havard. Desta forma, o que se questiona é como buscar esta leitura do corpo como registro histórico, como "ler" este corpo registrado e marcado ao longo da história.

Para contribuir com a construção de uma resposta à pergunta acima, este texto propõe se servir da leitura de Jessé de Souza, naquilo que ele vai denominar de "habitus", utilizando-se, assim, da base teórica de Bourdieu. Descreve o autor francês o "habitus" da seguinte maneira:

o "habitus", como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o "habitus", a "hexis", indica a disposição incorporada, quase postural [...] o "lado ativo" do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do "reflexo", tinha abandonado (BOURDIEU, 61: 2009)

Este "capital", esta disposição corporal é que será trabalhada por Jessé de Souza, no sentido de identificar que posturas seriam estas constituídas e constituintes das identidades da cidadania e da subcidadania brasileira.

Considerando o conceito de "habitus", pode-se relacioná-lo com a formação da memória. Esta relação é possível, uma vez que a memória individual é influenciada e influencia a memória coletiva e, conseqüentemente, as identidades. Ou seja, este capital quase postural se apresenta naquilo que é possível identificar como linguagem corporal.

Tendo como ponto de partida teórico Bourdieu, Jessé de Souza descreve e conceitua o "habitus" como algo que rompe com a ideia racionalista, no sentido de que esta enfatiza uma leitura de que a reprodução de valores sociais são postos como sendo algo consciente.

O "habitus", ao contrário da tradição racionalista e intelectualizante, permite enfatizar todo o conjunto de disposições culturais e intencionais que se inscrevem no corpo e que se expressam na linguagem corporal de cada um de nós, transformando, por assim dizer, escolhas valorativas culturais e institucionais em carne e osso (SOUZA, 153: 2003).

Mais diante em seu trabalho, Jessé de Souza perfaz uma valiosa análise do papel dos "habitus" para a estratificação social e econômica da sociedade. Contudo, este trabalho não pretende adentrar nestes aspectos. Não que estes aspectos da teoria de Jessé de Souza não mereçam apreciação, mas, apenas por uma questão de delimitação temática, e limitação teórica do texto, eles serão aqui deixados de lado.

Portanto, resta por hora a compreensão de que parte do processo histórico coletivo da construção da memória coletiva da Favela, embora não tenha seus registros depositados nos arquivos e testemunhos oficiais, estão disponíveis. Para que o historiador possa realizar de forma comprometida o trabalho de registro histórico, deve ultrapassar os limites formais e adentrar em outras formas de linguagem, como a linguagem corporal, por ser nesta o local de memória daqueles que têm no corpo as marcas dos sofrimentos vivenciados ao longo do tempo.

Desta forma, a ideia de “habitus” pode propiciar ao historiador verificar os registros corporais da história das Favelas de matriz africana na cidade do Rio de Janeiro. Pois, justamente por serem estes um conhecimento prático decorrente de vivências coletivas, têm em si mesmo as marcas e os registros históricos ao qual deve observar o historiador eticamente comprometido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No corpo deste texto, buscou-se apresentar elementos teóricos que pudessem contribuir para o debate e para a prática de uma historiografia no que diz respeito à construção da memória, da história e do esquecimento das Favelas de matriz africana da cidade do Rio de Janeiro. Assim, ao se trabalhar com a memória das Favelas, não se pretende a manutenção de um conflito posto entre a Favela - enquanto espaço marginalizado e criminalizado - e o Estado oficial. Pelo contrário, ao se permitir que sejam lembrados fatos tornados invisíveis ou indizíveis, estes podem ser resgatados e justificados, para propiciar, desta forma, o processo de luto e superação dos ressentimentos e dos ódios.

Ainda neste trabalho, verificou-se que métodos postos a disposição da historiografia tradicional insistem seguir os postulados de pretensão científicidade e de neutralidade das escolas francesa do século XIX. Ocorre que, restou verificado que estes postulados não são neutros, pois, atendem a intencionalidades de cunho político, comprometidas com a formação de uma memória hegemônica.

Com intuito de contribuir para uma nova historiografia das Favelas, este trabalho apontou para a necessidade construir uma memória para além dos registros oficiais. Uma

história que busque a "memória subterrânea" inscrita na linguagem dos corpos daquelas que vivenciaram os sofrimentos e agruras físicas das clivagem sociais. Assim, no conceito de "habitus" de Bourdieu trabalhado por Jessé de Souza, demonstrou-se o caminho para uma investigação histórica que torna possível ler o passado dos corpos, no sentido destes serem um local de memória.

Por fim, se nos corpos dos moradores estão as marcas da opressão e do sofrimento ao qual foram e são submetidos, nestes corpos pode estar também a chave histórica para a interpretação de suas memórias e para construção de uma identidade que supere, ou ao menos amenize pelo luto e pela justiça, os ressentimentos históricos antigos.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento e SANTOS, Myrian Sepúlveda. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra, PT, n. 79, dez. 2007;

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2009;

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. Tradução de Raul Fiker. SãoPaulo: Unesp, 1991;

HALBWACHS, Maurice; ALEXANDRE, J.H., La mémoire collective. Ouvrage posthume. publié. Paris: PUF.1950;

LIMA, Luiz Costa. História, ficção, literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2006;

NORA, Pierre. Entre memória e História: A problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993;

RICOEUR, Paul. A memória, a história e o esquecimento. Campinas: Ed Unicamp, 2007;

SOUZA, Jessé. A Construção Social da (sub)cidadania: para uma sociologia política da modernidade periferia. Belo Horizonte: UFMG, 2003;

THEIDON, Kimberley. Entre Próximos: el conflicto armado interno y la política de la reconciliación en el Peru. Lima: IEP. 2004;

THOMPSON, Paul. A voz do passado. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.